



PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM N.º 10, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013.

Encaminha Projeto de Lei Complementar que especifica.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE – ESTADO DE MINAS GERAIS:

1. Cumprimos-a cordialmente, submetemos ao abalizado exame dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração das leis, estabelece normas para a Consolidação da Legislação Municipal – CLM –, determina a atualização e institui diretrizes e procedimentos para a padronização das leis e dá outras providências.
2. O presente instrumento normativo tem por finalidade primacial introduzir em nosso ordenamento, diploma para orientar a elaboração, redação, a alteração e consolidação das leis, adequando a Lei Complementar n.º 95/98, Lei Complementar n.º 107/2001 e o Decreto n.º 4.176, de 28 de março de 2002, respectivamente, normas federais, à nossa realidade.
3. Ao regular esta matéria, o projeto pretende nortear a atividade de elaboração, redação e alteração das leis, num sentido amplo, estabelecendo os princípios norteadores e definindo padrões, regras e referências que devem ser observadas na confecção de todos os atos normativos emanados no território do nosso Município, facilitando, inclusive, a compreensão do ordenamento jurídico municipal.
4. Ao tratar da Consolidação da Legislação Municipal – CLM –, o propositivo tem por colimado maior, facilitar a consulta e o entendimento das normas, além de assegurar uma maior divulgação e a facilidade de acesso e consulta a todo e qualquer cidadão deste Município, ou mesmo de outros municípios.

A Sua Excelência a Senhora
VEREADORA JULBERTINA CÂNDIDA DE JESUS ORNELAS
Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande
Cabeceira Grande (MG)



PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

ESTADO DE MINAS GERAIS

(Fls. 2 da Mensagem n.º 10, de 19/2/2013)

5. O legislador constituinte de 1998, ao abordar o tema “processo legislativo”, estabeleceu que seria editada lei complementar que dispusesse sobre ‘a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis’ (CF/88, art.59, parágrafo único).
6. Dando cumprimento ao comando constitucional, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que recepcionou a Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, esta última promoveu grandes inovações, impondo alterações à primeira, que ditou normas, estabelecendo padrões para a elaboração, a redação, a alteração e consolidação das leis.
7. No âmbito do Município, estamos prevendo idêntica providência na Lei Orgânica por meio da Proposta de Emenda à Lei Orgânica enviada pela Mensagem n.º 9, de 19 de fevereiro de 2013, mostrando-se a espécie normativa eletiva para veicular a presente matéria, a lei complementar, mais adequada inclusive do ponto de vista legal.
8. É certo que o exercício da atividade legislativa pressupõe o atualizar constante dos aspectos formais que lhe dão vida e corpo, cuja atividade é propriamente dita um remoinho de ideias que a todo o momento se permeiam e enriquecem uma às outras.
9. O advento da LC 95/98 possibilitou a introdução, no ordenamento jurídico federal, de uma lei capaz de orientar os procedimentos concernentes à feitura das leis, desde a configuração formal do texto até a composição redacional e estrutural do seu conteúdo, inclusive no que toca ao processo de consolidação e sistematização dos diplomas normativos. E é justamente isso que se persegue em nível municipal.
10. O projeto representa, portanto, a singularidade da visão da Administração pública de Cabeceira Grande quanto à matéria, tornando evidente a autonomia do Município no que toca à sua regulação, porém, aproveitados os regramentos emanados da legislação federal que possam ser aplicáveis ao contexto local.
11. Ao cobro dessas ponderações, renovamos votos de estima e consideração, extensivamente a seus ilustrados Pares, pugnando pelo apoio de todos à aprovação da propositura normativa sob enfoque.



PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

ESTADO DE MINAS GERAIS

(Fls. 3 da Mensagem n.º 10, de 19/2/2013)

Atenciosamente,

ODILON DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais